

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 001, 09 DE ABRIL DE 2015

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Sexagésima Oitava Reunião Ordinária, realizada nos dias 08 e 09 de abril de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e,

considerando que em 31 de março de 2015 a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da PEC 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos;

considerando que a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil, também reafirma o direito à Proteção Integral da criança e do adolescente, e que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma a inimputabilidade penal dos adolescentes com idade inferior a 18 anos, em conformidade com o artigo 228 da Constituição Federal;

considerando que a proposta defendida pelos parlamentares de admissibilidade da PEC 171/93, representa um retrocesso na garantia de direitos humanos e se associa ao processo de criminalização os jovens pobres e negros, reforçando a criminalização da pobreza em vez de garantir direitos.

considerando que os adolescentes que praticam ato infracional (definido no artigo 103, do Estatuto da Criança e do Adolescente como 'a conduta descrita como crime ou contravenção penal') já são responsabilizados, sujeitando-se ao cumprimento de medidas socioeducativas;

considerando que a adolescência constitui fase do desenvolvimento peculiar, urgindo que o Estado garanta políticas públicas eficientes, nas áreas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, especialmente quando o maior envolvimento desta parcela da população em atos violentos, tráfico de drogas entre outros se dá usualmente pela ausência de tais políticas.

Vem a público:

Externar seu repúdio à admissibilidade da PEC 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos e a defesa da implementação plena do ECA e do Sistema Nacional Socioeducativo (Lei 12594/2012) como resposta aos atos infracionais cometidos pelos adolescentes.

Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Sexagésima Oitava Reunião Ordinária